

Funai promete não impor emancipação

Do correspondente em
BELEM

A Funai só emancipará comunidades indígenas do país quando isso for solicitado por esses grupos, mas ainda não acredita que se tenha configurado uma situação de emancipação. Essas declarações foram feitas pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, numa fita que gravou e remeteu aos índios gaviões, do Pará.

O chefe dos gaviões, Krokrenum, havia-se recusado a participar de uma solenidade marcada em Brasília, no final de janeiro, para a assinatura de um empréstimo que o Banco do Brasil concederia ao grupo, alegando que fora desconsiderado (na véspera da cerimônia recebeu ordem para embarcar num avião) e temendo que a Funai aproveitasse a ocasião para emancipar o grupo, já em adiantado processo de aculturação. Numa longa fita gravada na própria aldeia e remetida à presidência da Funai, Krokrenum e outros índios explicaram os motivos da ausência na solenidade — que acabou não se realizando — e as preocupações da tribo.

Em resposta, o general Ismarth mandou outra fita, na qual admite ter faltado um esclarecimento e um diálogo que pudesse transmitir aos índios “os reais motivos

de seu comparecimento a Brasília”. Ismarth diz que a finalidade da convocação, “que eu mesmo fiz”, era “dar um realce” à assinatura do contrato do empréstimo. “Era para mostrar ao branco que o índio também tem capacidade, não apenas para seus negócios, mas também para assumir responsabilidades, como seria essa do empréstimo”.

O general esclarece que a Funai não intimou o chefe gavião a comparecer a Brasília, mas apenas convidou-o, “porque não costumamos compelir o índio a fazer aquilo que não for de sua vontade”. Referindo-se às restrições feitas pelos gaviões à atuação do então diretor do Departamento Geral de Operações, Francélio van der Broocke, disse que essas restrições “a Funai também fez e por isso já o dispensou”.

O presidente da Funai procurou também desfazer a crença manifestada pelos índios de que a assinatura do contrato de empréstimo em Brasília iria ser utilizada para a emancipação do grupo. “A Funai em absoluto está pensando em emancipar a comunidade do posto indígena Mãe Maria”, disse Ismarth. “Nós sabemos perfeitamente que a simples comercialização da castanha não representa a independência econômica do índio. Para que ele esteja em condições de se emanci-

par, precisa satisfazer a outras condições”.

Reconheceu ainda que os gaviões, os índios mais próximos da autonomia em toda a Amazônia, ainda não atingiram um grau de desenvolvimento que lhes permita ser independentes. Por isso, disse que a Funai ainda este ano destinará ao grupo recursos para a promoção de seu desenvolvimento.

“Vocês precisam entender que todas as decisões são exclusivamente do presidente da Funai. Nenhum outro órgão pode decidir sem ser com a autorização do presidente”, disse Ismarth, referindo-se a versões sobre a interferência de outros setores da Funai para que o projeto da castanha (com o qual os índios esperam ter um rendimento este ano próximo de 1 milhão de cruzeiros) voltasse a ser realizado segundo o esquema anterior.

“Essa foi a única decisão que o presidente já tomou e ninguém poderá mudar”, acrescentou, falando da “nova filosofia” inspirada na experiência de Mãe Maria. Pediu aos índios que trabalhassem em harmonia e paz, “apagando o passado, esquecendo ressentimentos” e confiando na Funai. Prometeu “para breve” uma visita à aldeia para “confirmar pessoalmente o que estou dizendo nesta gravação”.